

## EDUCAÇÃO NO CAMPO: PERSPECTIVAS QUANTO AS CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E POLÍTICAS

*Cíntia Sousa Ferreira*

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

*Arlete Ramos dos Santos*

Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB)

*Janaina de Oliveira Menezes*

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

### Resumo

O presente texto aborda questões relativas à educação do campo sob o ponto de vista de diferentes órgãos públicos, legislação, organizações não governamentais e movimentos sociais com o intuito de atualizar e sugerir novas implementações no sistema educacional para formação de professores e políticas públicas voltadas para educação do campo. Objetiva discutir focos temáticos relativos ao processo de qualificação do docente na luta por uma educação que promova valorização da vida camponesa. A metodologia incorpora estudos bibliográficos que abrange diversas temáticas desafiando a formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento relativas à educação do campo. Na busca por resultados sugere e analisa os processos e fundamentos históricos, políticos e filosóficos da educação do campo relevantes no contexto atual, os quais nos mostram a deficiência da educação principalmente no que se refere à oferecida na zona camponesa. Busca-se, assim, adquirir conhecimentos e reunir informações que ajudarão na formação e desenvolvimento no meio acadêmico e contribuirão para a discussão e reflexão acerca da problemática educacional brasileira no que diz respeito à formação de professores do campo.

**Palavras-chave:** Camponês. Movimentos Sociais. Práticas Pedagógicas.

### Abstract

Pós-graduanda do Curso de Especialização em Educação no Campo (UESC) Graduada em Pedagogia (UESC); Professora regente na Escola Municipal de Inema, Distrito de Inema, Ilhéus-Ba. E-mail: [cin.sousa@hotmail.com](mailto:cin.sousa@hotmail.com)

Pós Doutora em Educação e Movimentos Sociais do Campo (UNESP); Doutora em Educação (UFMG); Mestre em Educação (UFMG); Graduação em Pedagogia (UESB); Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, na UESC (GEPENDEC). Email: [arlerp@hotmail.com](mailto:arlerp@hotmail.com)

Mestre em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UESC); Graduada em Pedagogia (UESC); Professora e Coordenadora nas redes de ensino Municipal e Estadual; Participante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, na UESC (GEPENDEC). Email: [janamez@gmail.com](mailto:janamez@gmail.com)

It addresses issues related to rural education from the point of view of different public agencies, legislation, nongovernmental organizations and social movements with the purpose of updating and suggesting new implementations of the educational system for teacher training and public policies aimed at rural education. It aims to discuss thematic focuses related to the teacher qualification process in the struggle for an education that promotes appreciation of peasant life. The methodology incorporates bibliographic studies that cover several themes that challenge the training of professionals in the various fields of knowledge related to the field education. The search for results suggests and analyzes the historical, political and philosophical processes and foundations of rural education because they are relevant in the current context, which show us the deficiency of education, especially in what is offered in the peasant zone. Thus, it will be remarkable the intention to acquire sufficient knowledge on the subject, to gather information that helps in the formation and development in the academic environment and to contribute to the discussion and reflection about the Brazilian educational problem with regard to the formation of teachers of the field.

**Keywords:** Farmer. Social Movements. Pedagogical. Practices.

## INTRODUÇÃO

A educação do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Esta é uma categoria recente no cenário das análises epistemológicas dos educadores brasileiros, que só começou a entrar em discussão a partir da década de 1990, através dos questionamentos dos estudiosos vinculados aos movimentos sociais do campo que colocaram com a política educacional do Brasil voltada para os povos do campo.

A educação do e no campo é timidamente tratada e muitas vezes apresentada como “rural” ou “de zonas mais afastadas” e ainda “lugares de difícil acesso”, incidindo nas políticas de Formação de Professores no Brasil. Essas expressões demonstram uma formação com espaço ainda pouco pesquisado, necessitando de aprofundamento no meio acadêmico e nos cursos de Licenciatura que pouco têm trabalhado nas práticas e nas especificidades da educação do campo.

Os movimentos sociais protagonizam a luta pela educação de qualidade na zona rural, sendo que

A luta de uma escola de qualidade no campo acompanhou a luta pela reforma agrária no nosso país, representando um sonho de muitas famílias que, mesmo sem escolaridade defendiam a importância da escola como instrumento de transformação política e social da realidade injusta e arbitrária a qual viviam (FIGUEIREDO, 2007, p. 01).

Nesta perspectiva o campo passa ser compreendido como espaço de inclusão [...] ele começa a ser pensado também pelos próprios sujeitos do campo [...] (TRINDADE, 2009) que consegue intervir na dinâmica do Estado, cobrando políticas públicas para o meio rural e destacando-se as iniciativas surgidas da própria população sendo assim:

A educação do campo nesta lógica emerge da necessidade de reconhecimento do outro como portador de interesses do coletivo, onde entende as diversidades como meio para acolher as diferenças sem perder, contudo, a visão de totalidade. [...] (LEMOS; SILVA, 2008, p.1).

Conforme Arroyo (2007) com tais movimentos voltados ao campo, à educação rural vem ganhando reconhecimento aos seus direitos e a urgência do Estado em assumir políticas que garantam estes direitos através da ênfase dada à educação como direito do cidadão. Isso significa uma grande conquista principalmente quando se trata da formação do profissional da educação.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa foi fundamentada em observação da população pesquisada, coleta de depoimentos e entrevistas com familiares e profissionais atuantes na educação do campo e recursos bibliográficos documentais, articuladas com autores da área.

Os profissionais público alvo da pesquisa são alunos e professores que atuam na Rede Municipal de Ensino de Ilhéus e Itabuna, uma vez que esses municípios estão no raio de atuação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e, parte dos profissionais que atuam nesses locais, passaram por formação inicial ou continuada nessa instituição.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário de caráter misto, contendo 1 (uma) questão aberta, 2 (duas) questões fechadas ou de múltipla escolha e 2 (duas) questões dicotômicas, totalizando 5 (cinco) perguntas. O nosso interesse em realizar essa pesquisa é identificar a realidade da Educação do Campo na sociedade, que envolve questões como: desafios enfrentados, projetos e políticas públicas, formação de professores e qualidade do ensino.

A urgência na elaboração de políticas públicas para a formação de professores do campo traz debates e reflexões acerca das buscas de soluções para problemas existentes na educação em nosso país, por isso que se torna necessário estudos que levem para à comunidade um novo debate. A implementação de formação continuada surge integrada ao processo de melhoria das práticas pedagógicas produzidas e reproduzidas pelos professores em seu cotidiano escolar.

Assim, objetivamos tratar das metodologias e políticas empregadas na formação do docente com destaque na educação do campo, debater a política educacional que rege o processo de atuação dos educadores do campo, propor uma análise para as práticas pedagógicas empregues nas escolas rurais, revisar as modificações já feitas nessa área e apontar novas possibilidades pedagógicas que contribua para a melhoria da qualidade do ensino, reunir fontes documentais para analisar as políticas públicas que configuram a educação do campo e discutir as transformações significativas no ensino rural com enfoque nas dimensões econômicas, culturais, ambientais e educacionais.

## **EDUCAÇÃO RURAL X EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegadas a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas. Vários fatores contribuíram para a restrição dos direitos à educação do povo campestre, entre eles o preconceito das pessoas que negavam o direito à educação da população da zona rural. Isso se dava por acreditarem que as pessoas que iriam trabalhar no campo não necessitavam de educação, além disso, os grandes comerciantes donos de terras viam seus interesses políticos definidos em função do poder de transação comercial dos setores econômicos e não pela real necessidade de grupos ou classes sociais.

A educação oferecida aos povos do campo vem desde os anos 60, com a Educação Popular, tendo alguns avanços na busca por melhor conscientização política. Isso se deve em grande parte, aos movimentos sociais populares do campo, que com suas lutas e reivindicações assumem grande relevância neste cenário. Em Brasília, em julho de 1997 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), que pode ser visto como um marco histórico instituído pelos movimentos sociais e sindicais do campo e que contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Universidade de Brasília (UnB). É a partir desse encontro que nasce também a ideia de formar uma equipe de articulação nacional envolvendo varias entidades e setores ligados à luta pela Reforma Agrária e, de uma conferência nacional que discutisse acerca da Educação do Campo.

A reivindicação por uma educação no campo trata de uma luta por um modelo educacional que atue levando em consideração a história do povo campestre, sua diversidade

sociocultural confirmada neste ambiente, suas concepções religiosas, entre outras coisas, reconhecendo o homem rural como um cidadão dotado de direitos,

A diversidade identificada no campo assume, portanto princípio fundamental, onde se entende que as características da educação do campo tem como norteadores os interesses coletivos emergindo das demandas da realidade dos camponeses. Onde a escola é o lugar que seus interesses são articulados aos conhecimentos científicos que buscam fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais [...] (LEMOS, 2008, p.4).

Em decorrência destas ações o que se percebe é que são os movimentos sociais com suas lutas por políticas públicas que estão formando a história, a memória e as práticas educativas voltadas à educação na zona rural, “nesse contexto, o MST, sem dúvida, pode ser considerado o movimento social de importância vital para o início do movimento de educação do campo” [...] (MUNARIM, 2008, p.61).

Uma importante e significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural foi o movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo (VENDRAMINI, 2007, *on-line*).

Diante de tais conquistas o Movimento Nacional de Educação do Campo decide recriar o conceito de camponês e passa a utilizar a expressão *campo*, e não mais *rural* para designar os povos que habitam no campo como os camponeses, os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os povos da floresta, os lavradores, os posseiros, os sem terra, os mineradores etc. Assim, ao invés de Educação rural passa-se a chamar Educação do campo em função de sua significação. A mudança no termo de educação rural para a denominação educação no campo significa não só um processo de mudança nas políticas educacionais no meio rural.

Para compreender a diferença da conceituação rural e campo, é preciso considerar alguns pensamentos construídos dentro do conhecimento acadêmico, que resultam de pesquisas realizadas e compartilhadas pelos atores sociais do campo. Partindo desse princípio, a expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho (PINHEIRO, 2007, *on-line*).

Evidência, por outro lado, uma conquista dos movimentos sociais que “questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas” [...] (SOUZA, 2008, p. 1094).

Isso contraria a concepção de educação rural que enxerga o campo como lugar de atraso, e seus sujeitos como inferiores e incapazes. E foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que a educação do campo passou a ser pensada e reconhecida com as suas devidas especificidades e onde ela estabelece em seu Art. 28, que: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região” [...] (BRASIL, 1996).

Motivada pelas lutas políticas dos trabalhadores e movimentos sociais,

[...] a educação do campo alcançou visibilidade política e obteve avanços teóricos. Os avanços teóricos fundamentaram a conquista de certa flexibilidade legal, permitindo o exercício de uma educação que considere o campo como lugar de produção de saberes com identidade própria, a identidade de quem vive, produz e se reproduz a partir de sua relação direta com a natureza. (CAMPOLIN, 2010, *on-line*).

Contudo, é importante a persistência na luta para uma educação de qualidade para todos inclusive para o povo rural, bem mais, é preciso uma melhoria nos cursos superiores de formação de docentes, visando formá-los para uma atuação significativa na área campestre. É necessário também uma maior atenção dos poderes executivos nas esferas municipal, estadual, e federal na educação campestre a fim de garantir um direito fundamental da pessoa humana que é o direito de aprender.

Nota-se que a utilização do nome educação do campo é uma estratégia para driblar os preconceitos históricos para com o povo da zona rural e proporcionar com isso um maior interesse tanto do governo quanto da sociedade em geral em solucionar este problema, todavia há muito a ser feito.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Na história da educação brasileira notamos a falta ou a ineficiência de políticas públicas para a escolarização no meio rural, “[...] o que implicou no nascimento de experiências alternativas de educação, gestadas nos movimentos sociais que reivindicavam uma escola direcionada para a realidade do campo” (FERNANDES; SILVA, 2005, *on-line*).

A educação destinada ao meio rural existe desde a República Velha. No entanto, sua existência não legitima a homologação de políticas públicas de Estado destinada aos trabalhadores rurais. A educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade o que determinava a não-existência de políticas e, muito menos, de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados ao analfabetismo e à exploração (NASCIMENTO, 2007, *on-line*).

A educação brasileira há muito tempo sofre com a falta de planejamento por parte dos poderes executivo e legislativo e, sobretudo, com a falta de compromisso e comprometimento para com os direitos previstos na Constituição Federal as leis que versam sobre a educação, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

A educação rural é revestida de um novo significado, a partir do qual passa a servir de instrumento de ordenação dos espaços rurais e urbanos. Difundindo assim ideias que garantam a fixação do camponês nos espaços rurais, de maneira que este sirva às crescentes necessidades da produção agrícola e garanta a manutenção da ordem nas cidades, mantendo-se distante daqueles espaços.

As dificuldades educacionais da zona rural é um tema em que abre lugar para as lutas dos movimentos sociais em direção a uma política educacional em que o respeito aos valores culturais e sociais seja amplamente defendido. São escassas as ações por parte do governo em garantir uma educação de qualidade para o povo do campo e tal condição tem gerado nos últimos anos grandes reivindicações dos movimentos sociais, todavia é imprescindível que os grupos sociais continuem agindo de forma a fortalecer tais manifestações e desse modo pressionar o governo a realizar mais ações visando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de ensino dos cidadãos. É necessário ainda que essas reivindicações sejam uma luta de todos os movimentos sociais e toda a sociedade juntos de maneira que se possa obter efetivamente ações concretas na educação do povo campestre.

A preocupação com a educação no campo e, neste caso, com a formação de um educador do campo reside nas manifestações dos movimentos sociais relacionados a essa questão juntamente com as entidades parceiras, passando pela alfabetização, pela formação no ensino médio e, em uma discussão posterior sobre a Pedagogia Para Educadores do Campo (BELTRAME; ZANCANELLA, 2008, p. 143).

A educação é um processo de construção de conhecimento que deve ser feita de tal forma que o indivíduo, durante esse processo adquira senso-crítico no qual possa reconhecer seus deveres e reivindicar seus direitos na sociedade. Em se tratando de educação no campo é

necessário que os movimentos sociais reivindiquem um método educacional em que o planejamento pedagógico esteja pautado em respeitar as potencialidades dos camponeses tendo em vista o desenvolvimento emancipatório dos mesmos.

Há muitos anos que os movimentos sociais lutam em favor da educação para seu povo, e é neste momento no qual a economia brasileira vive o melhor momento que o governo deve priorizar a educação em todos os grupos sociais, sobretudo para os povos da zona rural que durante muito tempo foi privado deste direito, porém não se trata de qualquer educação ou uma reprodutivista, mas evidencia-se uma real necessidade para a criação de uma educação no qual as especificidades de cada indivíduo e de cada povo sejam preservadas e respeitadas confirmando e acatando veementemente o direito fundamental do homem.

Ainda assim, os movimentos sociais do campo vêm empenhando-se na defesa do cidadão do campo e seu direito à educação de qualidade. “Por mais de uma década, os movimentos sociais vinham assumindo a responsabilidade de afirmar e tentar garantir o direito à educação dos diversos povos do campo” (ARROYO, 2007, *on-line*).

Entre as questões reivindicadas está à formação do professor do campo, a centralidade dos saberes para a formação específica desses educadores.

[...] reivindicam que nos programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas (ARROYO, 2007).

Apesar da realidade do campo carecer de políticas públicas, “as Diretrizes tem sido um instrumento motivador, pois oferece um respaldo legal para implementar mudanças nas escolas do campo” (FERNANDES; SILVA, 2005, *on-line*). Os movimentos sociais do campo tomam iniciativas que reivindicam ações sistemáticas do poder público.

Partindo do pressuposto de que o ensino no meio rural é majoritariamente responsabilidade das prefeituras e que em sua maioria os municípios brasileiros são essencialmente rurais e, ainda, que a educação do campo deve ser tomada enquanto concepção político-pedagógica; considera-se que a concretização das reivindicações dos movimentos que lutam “Por uma Educação do Campo” deve começar pela sensibilização/conscientização do poder público municipal para a elaboração e implementação de políticas

públicas que possibilitarão a construção de uma escola que considere a realidade sócio-cultural local (FERNANDES; SILVA, 2005, *on-line*).

É importante chamar a atenção para a necessidade da implementação de uma política de educação do campo que preserve a cultura campestre e que leve em consideração as diferenças culturais, sociais, econômicas e regionais de cada povo e a valorização da dignidade humana bem como dos direitos conferidos em lei para o direito à educação, diante disso:

A instituição escolar do campo, dentro do contexto da educação nacional, merece um planejamento diferenciado, tendo em vista as particularidades que a envolvem, bem como a sua dinâmica peculiar. Visto que o universo rural possui formas próprias na conjugação do trabalho e da produção, além da coexistência de valores culturais e de competências específicas dos seus membros (LUCAS, 2008, p.7).

Ainda há muito caminho a ser percorrido nos avanços relacionados às políticas públicas do campo por uma educação que focalize realmente a educação do campo, em que se preocupa e luta pelos direitos, cultura e identidade dos povos do campo. As práticas pedagógicas voltadas à educação do campo visam enquadrar-se nas necessidades da escola do campo, possibilitar a expressão das inquietações presentes, em específico à sala de aula e melhorar as características conjunturais e estruturais sendo então pontos fundamentais numa grande teia de desafios enfrentados na educação do campo.

Ao tratarmos do papel do educador e o exercício docente como prática educativa, não pensamos apenas a tarefa de ensinar os conteúdos, mas da formação humana como possibilidade desafiadora de ensinar a pensar criticamente, a questionar e pesquisar. Pensamos o ser apreendente, tanto o educador quanto os educandos, como sujeitos históricos, intervindo integralmente no mundo (CUNHA; MACHADO, 2009, *on-line*).

O professor tem um papel importante ao posicionar-se com a intenção de construir uma prática educativa que visa estimular a coletividade e a cooperação além de gerar conhecimentos adquiridos no conjunto das ações e vivências.

É possível para o professor aliar o trabalho na terra ao exercício docente, o ser e o fazer estão imbricados de forma consciente no modo de agir deste professor, o qual, a partir de uma proposta que vem sendo construída - a proposta pedagógica própria da educação do campo - possibilita o aprender e o ensinar, mutuamente, ou seja, a proposta pedagógica da escola do campo

reflete-se na intencionalidade do planejamento deste professor (CUNHA; MACHADO, 2009, *online*).

A práxis do professor, portanto, deve estar alinhada aos saberes da terra e as aprendizagens vivenciadas no contexto do público atendido para que o saber escolar se construa de forma eficiente e que venha para respeitar e estimular a perpetuação da identidade dos povos do campo.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A prática pedagógica possibilita o debate nas escolas do campo, discutindo vivências a serem trabalhadas junto ao conteúdo proposto. Isso coloca professores, secretarias de educação, diretores, entre outros, em processo de indagação quanto às melhores formas de desenvolver a educação nas escolas do campo.

Tem-se o propósito em demonstrar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do campo, na tentativa de compreender o processo das transmissões dos valores culturais e tentar quebrar essa perpetuação para promover e impor uma nova relação da exclusão da conscientização da preservação do meio ambiente para a socialização da humanidade como um todo (REIS; SOUZA, 2009).

Nessa perspectiva é importante salientar que as práticas educativas voltadas ao campo devem ser cada vez mais discutidas garantindo a qualidade e especificidades gerais da educação do campo. A implementação de uma prática pedagógica que vise a emancipação dos alunos da zona rural deve ser a primeira reivindicação no que diz respeito a uma educação de qualidade do campo, pois uma educação reprodutivista apenas servirá para encobrir os moldes de exclusão a que são submetidos os povos do campo. Desse modo é imprescindível uma formação em que o sujeito emancipado tome partido nas lutas sociais, culturais e econômicas do grupo em que está inserido, diante disso:

A educação do campo se constitui numa ação “emancipatória”- incentiva os sujeitos do campo a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura. Emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades. As populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades, seus horizontes. (HAGE, 2005, p.2).

É indispensável reconhecer que “o mundo escolar e nele as práticas pedagógicas está imbuído das relações sociais que marcam a sociedade brasileira, a exemplo da exclusão, desigualdade social e relações de poder e alienação” (SOUZA, 2005, p.2), diante disso é necessário não só uma implementação de uma prática pedagógica, mas o reconhecimento de filiação dessa mesma prática. E é só a partir da conquista de uma sociedade inclusiva, democrática e plural que poderemos falar em avanço na qualidade da educação, respeito aos direitos constituídos e qualidade da sociedade brasileira, sobretudo na dos brasileiros camponeses.

Diante disso vemos que é necessário a construção de uma prática pedagógica pautada nas vivências dos docentes e dos discentes. Esses sujeitos precisam se identificar com as questões do campo, levando em consideração inclusive os saberes teóricos a cultura e o homem do campo para que esta prática se adeque aos elementos peculiares de cada comunidade. Somente assim possa daremos proporcionar uma mudança na realidade do ensino no campo, do campo e para o campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de diagnosticar os problemas no processo de atuação e nas práticas pedagógicas empregues nas escolas do campo, percebemos que os profissionais que atuam nestas escolas, muitas vezes não possuem formação, são professores que só têm o ensino fundamental ou médio e poucos são de nível superior. Além disso, em suas práticas aplicam conhecimentos que reproduzem a realidade da educação da cidade, fruto de uma formação desprovida de capacitação e do grande descaso histórico que acompanha a educação nessa modalidade.

Muitas mudanças estão em cursos na política educacional em benefício da melhoria da qualidade do ensino na educação do campo tendo como principais, a legislação educacional específica disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e a Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002) que complementam as poucas citações feitas à educação básica para a população rural na LDB. No entanto as políticas públicas direcionadas à educação nesta área ainda são insuficientes, não contemplando demandas específicas da educação do campo como: as estruturas escolares, a importância de se levar em conta a identidade camponesa e a formação docente.

Algumas experiências têm despontado no intuito de adequar a realidade da educação do campo por compreenderem a identidade cultural das comunidades camponesas, entretanto, são ações pontuais que pouco contribuem para uma mudança de perspectiva. Destacamos o imperativo de mudanças nos cursos superiores de formação de docentes, visando prepará-los para uma atuação significativa nessa área.

De outro modo é preciso também pensar em maiores financiamentos da educação tendo em vista as especificidades dessa modalidade, bem como outros investimentos importantes para a efetivação de uma verdadeira educação construída para os sujeitos do campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2011.

BELTRAME, Sonia A. B.; ZANCANELLA, Yolanda. **Os desafios da formação de educadores que atuam no campo**. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/viewarticle/24>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CAMPOLIN, Aldalgiza Inês; FEIDEN, Alberto. Educação, formação de professores e identidade camponesa. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. 3p. **ADM – Artigo de Divulgação na Mídia**, n.142. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM142.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CUNHA, Mariangela; MACHADO, Carmem. **Prática pedagógica nas escolas localizadas no campo**: desafios na construção do paradigma da educação do campo. 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2104\\_2210.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2104_2210.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2012.

FERNANDES, C. do C. P.; SILVA, L. H. da. **Movimento sociais e políticas públicas para a educação do campo**. 2005. Disponível em:

<<http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/290/Artigo%20Cassia%20EMEC.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FIGUEIREDO, Tânia M. Mares. **Educação do campo**: uma nova possibilidade para antigas necessidades. 2007. Disponível em:

<<http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/92/EDUCACAO%20DO%20CAMPO%20TEXT0%20P%20UFMG.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. 2005.

Disponível em:

<[http://www.lecampo.com.br/arquivos/textos\\_artigos/a\\_importancia\\_da\\_articulacao\\_construcao\\_da\\_identidade\\_e\\_pela\\_luta\\_educacao\\_do\\_campo.pdf](http://www.lecampo.com.br/arquivos/textos_artigos/a_importancia_da_articulacao_construcao_da_identidade_e_pela_luta_educacao_do_campo.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2016.

LEMOS, Girleide Tôrres; SILVA, Rodrigo Pereira da. **Contribuições da gestão escolar para educação no campo**: projeto político pedagógico da concepção a execução. 2008.

Disponível em:

<[http://www.epepe.com.br/comunicacoes\\_orais/eixo\\_5/contribuicao\\_da\\_gestao\\_escola\\_para\\_educacao.pdf](http://www.epepe.com.br/comunicacoes_orais/eixo_5/contribuicao_da_gestao_escola_para_educacao.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

LUCAS, Rosa Elane Antória. **Políticas públicas e a legislação para o ensino rural/campo**. 2008. Disponível

em: <[http://forum.ulbratorres.com.br/2009/mesa\\_texto/mesa%2017%20c.pdf](http://forum.ulbratorres.com.br/2009/mesa_texto/mesa%2017%20c.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MUNARIM, Antonio. **Movimento nacional de educação do campo**: uma trajetória em construção. 2008.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/gt03-4244--int.pdf>>. 28 jul. 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci**. 2007. Disponível em:

<[http://www.utp.br/Cadernos\\_de\\_Pesquisa/pdfs/cad\\_pesq8/6\\_educacao\\_campo\\_cp8.pdf](http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/6_educacao_campo_cp8.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016a.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas2.shtml>> Acesso em: 20 jul. 2017.

REIS, R. M.; SOUZA, N. P. **Educação do campo prática pedagógica**. 2009. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/2010/Historia/monografia/monografiareis.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Historia/monografia/monografiareis.pdf)>. Acesso em: 26. Jul. 2011.

SANTOS, Elisete Cristina Gonçalves dos; SILVA, Irizelda Martins de Souza e. **Políticas públicas para educação no campo**: revisando as implementações do sistema nacional para a formação de educadores. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/elisetecristinasantoseirizeldamartinsdesouzaesilva.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SOUZA, Maria Antonia de. **A pesquisa sobre educação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) nos programas de pós-graduação em educação**. 2008  
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a05v1236.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **Campo, educação e escola do campo**: uma articulação necessária na luta pela transformação social no campo. 2009.  
Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/302>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho**: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. 2007. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772.pdf>> Acesso em 20 jul. 2016.